

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA SOCIAIS – INCIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARCELO SOUSA ALVES

**DA DINÂMICA DOS RELACIONAMENTOS ABERTOS DE
CASAIS AQUILEANOS EM UBERLÂNDIA: UMA PERSPECTIVA
SOCIOANTROPOLÓGICA**

UBERLÂNDIA

2023

MARCELO SOUSA ALVES

**DA DINÂMICA DOS RELACIONAMENTOS ABERTOS DE
CASAIS AQUILEANOS EM UBERLÂNDIA: UMA PERSPECTIVA
SOCIOANTROPOLÓGICA**

Trabalho apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Campus Santa Mônica, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza

UBERLÂNDIA

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – INCIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCELO SOUSA ALVES

Aprovado em: 29 de novembro de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza, Instituto de Ciências Sociais - UFU

Prof. ^a Dr. ^a Claudelir Correa Clemente, Instituto de Ciências Sociais - UFU

Prof. Dr. Túlio Cunha Rossi, Instituto de Ciências Sociais - UFU

*Aos meus irmãos e irmãs que vieram antes de mim,
obrigado por lutarem para que hoje eu tenha a possibilidade de estar aqui.*

Vocês viverão eternamente através dos nossos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus Guias, aos Inquices e aos Orixás por me resgatarem quando tudo era escuridão, obrigado por terem fé em mim!

Agradeço a minha mãe e ao meu pai por serem meu suporte e minha força.

Agradeço aos meus irmãos por me ensinarem que ser um bom ancestral é mais importante do que ser um bom descendente.

Agradeço aos amores da minha vida – aos que me envolvi romanticamente e aos que foi de forma amigável - eu sou um mosaico de vocês.

Agradeço ao Dr. Márcio Ferreira de Souza pela excelente orientação e empatia nos momentos difíceis, obrigado por me humanizar.

Agradeço à banca pela disponibilidade e pelas contribuições, muito obrigado Dr.^a Claudelir Correa Clemente e Dr. Túlio Cunha Rossi.

Agradeço à Renata, minha psicóloga, por me proporcionar o local de acolhimento e escuta que eu tanto precisava, te levarei para sempre no meu coração.

Agradeço a mim mesmo por não ter desistido quando tudo impulsionava para isso.

*“E dizem ‘mas não dá para ter tudo’ e, de fato,
isso não é possível, mas querer ter o direito à autonomia sobre o próprio
corpo não é querer tudo, é querer o mínimo.”*

Geni Nuñez, 2023

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo socioantropológico que teve como objeto de análise o que ficou popularmente conhecido como “relacionamento aberto”. Ressalto que, apesar de existirem diversas definições de o que seria um relacionamento aberto, a presente monografia está centrada apenas nos relacionamentos compostos por duas pessoas que têm o contrato verbal de não exclusividade sexual, tendo sido o foco em casais aquileanos de Uberlândia. Utilizando de bases teóricas da sociologia das emoções busquei conectá-las com a sociologia da família e a sociologia da sexualidade, propus um estudo com o fim de identificar as diferenças e semelhanças dessas relações que pressupõem ruptura com a exclusividade sexual em relação às relações monogâmicas clássicas e, assim, busquei identificar se existe ou não uma quebra da lógica monogâmica no que tange esses relacionamentos quando o que está em questão é a não existência da prerrogativa da fidelidade. De modo geral, tentei destacar, em termos empíricos, através de entrevistas, os movimentos contemporâneos em defesa da liberdade sexual. Minhas inquietações com esse tema partiram das seguintes questões: (a) monogamia é sobre quantidade? (b) a dinâmica de relacionamentos abertos se afasta tanto assim de uma dinâmica monogâmica clássica? (c) se sim, em quais aspectos? (d) se não, como seria possível então pensar a não monogamia nesses casos?

Palavras-chave: Monogamia; Relacionamento aberto; amor romântico; capitalismo.

ABSTRACT

The present work is a socio-anthropological study that had as its object of analysis what has become popularly known as "open relationships". I emphasize that although there are several definitions of what an open relationship would be, here I have analyzed only relationships composed of two people who have a verbal contract of sexual non-exclusivity, having focused on couples from Uberlândia. Using the theoretical basis of the sociology of emotions I sought to connect them with the sociology of the family and the sociology of sexuality, I proposed a study in order to identify the differences and similarities of these relationships that presuppose a rupture with sexual exclusivity in relation to classical monogamous relationships and thus I sought to understand whether or not there is a break in monogamous logic regarding these relationships when what is at issue is the non-existence of the prerogative of fidelity. In general, I tried to highlight, in empirical terms through interviews, the contemporary movements in defense of sexual freedom. My concerns with this theme started from the following questions: (a) is monogamy about quantity? (b) are the dynamics of open relationships so far from a classic monogamous dynamic? (c) if yes, in which aspects? (d) if no, how would it be possible to think about non-monogamy in these cases?

Keywords: Monogamy; open relationship; romantic love; capitalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. Sobre o tema e o campo	11
2. Da metodologia utilizada.....	13
CAPÍTULO 1: E VIVERAM FELIZES PARA SEMPRE: O AMOR ENQUANTO CONSTRUCTO SOCIAL.....	16
1.1 O que as ciências sociais têm a dizer sobre as emoções?	17
1.2 Desnaturalizando o amor.....	20
CAPÍTULO 2: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE A MONOGAMIA À LUZ DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	26
2.1 Monogamia enquanto um sistema relacional.....	27
2.2 A monogamia no Brasil: um breve olhar para a colonização.....	29
CAPÍTULO 3: RELACIONAMENTO ABERTO: A RECUSA DA NORMA MONOGÂMICA OU UMA (RE)FORMULAÇÃO DELA?	33
3.1 Dicotomia agência/normal social	34
3.2 Relacionamentos abertos: o que quem vive têm a dizer?	36
3.2.1 O caráter da não-monogamia para os entrevistados.....	37
3.2.2 Os rótulos dentro das experiências não-monogâmicas	38
3.2.3 A existência (ou não) de regras e suas implicações	38
3.2.4 Da questão de ser um casal	40
3.2.5 A traição em experiências não-monogâmicas	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	46
ANEXO 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	50
ANEXO 2. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.....	51
ANEXO 3. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	52

INTRODUÇÃO

“Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes.”

Paulo Freire, 1987

1. Sobre o tema e o campo

As emoções e os sentimentos sempre estiveram presentes enquanto tema de interesse para os estudos socioantropológicos. Mais recentemente, porém, é que se configuraram como categorias de análise nas Ciências Sociais. A subárea da “sociologia das emoções” se constituiu a partir das últimas décadas do século XX como um campo específico de investigação. A partir disso veio se consolidando no Brasil por meio de estudos destinados à compreensão das emoções e dos sentimentos como categorias socialmente construídas e centrais para a análise social (KOURY, 2006; COELHO e REZENDE, 2011; VÍCTORA e COELHO, 2019). A multidisciplinaridade caracteriza a maior parte dos estudos sobre as emoções. Isto quer dizer que uma investigação sociológica sobre as emoções prescinde de referências de outros campos disciplinares como antropologia, história, psicologia social, psicanálise, filosofia, neurociência, dentre outros.

Para efeito do estudo apresentado, busquei dialogar com alguns destes campos de conhecimento para propor uma investigação acerca dos relacionamentos abertos de casais aquileanos em Uberlândia buscando identificar os impactos das transformações históricas e mudanças sociais em relação ao amor. Ressalto que, apesar de existirem várias definições (populares ou não) de o que seria um relacionamento aberto, aqui analisei apenas aqueles em que existe o contrato verbal de não exclusividade sexual. Em suma, meu recorte temático se centrou em uma das formulações das relações afetivo-sexuais na sexualidade contemporânea: o relacionamento aberto em contraponto com o relacionamento monogâmico clássico. Ainda em relação ao meu recorte, aquileanos nesta monografia refere-se aos casais formados por homens (cis ou trans) que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens (cis ou trans), exclusivamente ou não. Optei por usar essa terminologia e não o corriqueiro “casais gays” por entender, em um aspecto pessoal, que denominações assim poderiam invisibilizar aqueles que não se entendem dentro da monossexualidade. Aquileano, portanto, é um termo não acadêmico, usado em sua maioria dentro do universo literário (de ficção), para denominar romances em que existem interações afetivo-sexuais entre homens que não necessariamente se autodenominam gays. Temos, com exemplo, as obras “Heartstopper” de Oseman (2019) e “Confluentes” de Cipriano (2022). Deste modo, assim, transporte para minha pesquisa essa nomenclatura.

Ao passo disso, explico também que o objetivo desta análise nunca foi dissertar sobre qual seria a melhor maneira de construir relacionamentos afetivo-sexuais. Tampouco definir o que é o amor – subjetivamente falando – ou de que forma ele deve ser sentido; diria até que se assim fosse, a pesquisa nunca teria fim. Por outro lado, também não nego que minha investigação parte a) do meu local social b) da minha subjetividade e c) da tentativa de um olhar crítico em relação ao seu objeto, ou seja, a monogamia. Coloco isso em destaque por entender que não existe neutralidade, principalmente quando falamos da ciência.

Weber (2006) diz que

Não existe nenhuma análise científica puramente objetiva da vida cultural, ou – o que pode significar algo mais ilimitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nossos propósitos – dos fenômenos sociais, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser, explícita e implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, como objetivos de pesquisa. (WEBER, 2006, p.43)

Assim, mesmo que ao fazer uma escolha por um tema eu já esteja demonstrando aspectos que fogem da neutralidade total, ainda é necessário que eu me desprenda de juízos de valores em relação ao tema estudado e conserve apenas os juízos de fatos; não investigando somente aquilo que me parece útil para defender minha posição (WEBER, 2006). Mesmo que as questões que faço partam da minha perspectiva pessoal, do meu próprio olhar sobre o objeto, as respostas que encontrei devem ter sido formadas longe disso, partindo do meio em si e não de mim (WEBER, 2006).

Ao mesmo tempo, destaco que essa investigação se trata apenas de uma introdução ao tema ao qual pretendo, inclusive, dar continuidade nos níveis seguintes da minha formação no Ensino Superior. Dito isso, parti de uma pesquisa qualitativa, que pode ser definida pelo que se convencionou sob a denominação de “pesquisa bibliográfica” que tem sua base em fontes secundárias tais como artigos científicos, livros, periódicos, teses, dissertações, monografias acadêmicas e textos publicados em sites, elaborei um plano de trabalho que constou com leituras relacionadas à temática da pesquisa, palavras-chaves ligadas a ela e conceitos específicos como "amor livre", "monogamia", "relacionamento aberto", "amor romântico". Neste sentido, a partir da Sociologia procurei mobilizar áreas de investigações multidisciplinares e interdisciplinares (Antropologia, Ciência Política, História, Psicologia Social), campos de conhecimento que se interconectam, categorias de análises relevantes para minha investigação (gênero e classe) e categorias conceituais

(individualidade) com o intuito de identificar se existe antagonismo entre relacionamentos abertos e relações monogâmicas clássicas. Busquei, com isso:

(a) entender o que é monogamia e se a não exclusividade sexual rompe com ela;

(b) identificar os processos de transformações da sexualidade e da emergência da subjetividade contemporânea diante de uma sociedade pautada em valores tradicionais, como a brasileira;

(c) discorrer a partir do campo da sociologia das emoções, sobre os estudos acadêmicos que abordam as construções sociais do ideal do amor e das relações monogâmicas, de modo a contrapô-las ou aproximá-las;

(d) investigar os movimentos contemporâneos que partem do princípio da liberdade sexual como ato político de resistência a um sistema monogâmico de controle afetivo e sexual dos corpos buscando compreender como se configuram tais movimentos;

e

(e) refletir sobre a dualidade escolha/opressão nas percepções sobre as relações monogâmicas, visando percebê-las a partir das dimensões de raça e de classes sociais.

Por fim, o aspecto empírico da pesquisa deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas com casais aqueles em que a premissa da fidelidade sexual não era vigente dentro dos aspectos da relação.

2. Da metodologia utilizada

A parte teórica dessa monografia foi realizada através de um levantamento bibliográfico acerca dos temas aqui trabalhados. Outro aspecto da pesquisa se deu por meio qualitativo por intermédio de entrevistas semiestruturadas, onde busquei realizar a parte empírica da minha pesquisa. Meu recorte foram casais aquileanos, que como já explicado anteriormente, se trata daqueles formados por homens (cis ou trans) que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens (cis ou trans) de forma não exclusiva. Ao total foram quatro entrevistados e todos tinham o contrato verbal de não-exclusividade sexual. Por fim, fiz uso da metodologia da análise de conteúdo para compreender e decodificar os arranjos que perpassavam a dinâmica dessas relações.

O aspecto metodológico da pesquisa se deu em duas partes. A primeira através de um levantamento bibliográfico acerca do tema e os subtemas relacionados. Nessa busquei inserir, por entender a complexidade do objeto estudado, perspectivas de diferentes linhas analíticas, partindo desde explicações macro (monogamia e capitalismo) até micro (questões acerca do indivíduo).

Boni e Jurema Quaresma, a partir de Vasconcelos de Luna, sintetizam que:

[...] a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos. (BONI *et al.*, 2005, p. 71)

O segundo aspecto metodológico se deu por uma pesquisa qualitativa, por meio de uma entrevista semiestruturada. Optei por esse tipo de entrevista por entender que ela me daria possibilidade de deixar os meus entrevistados livres para narrarem e contarem particularidades dos seus relacionamentos que talvez eu, em uma entrevista fechada, não conseguisse acessar. Sobre esse tipo de técnica, Boni e Quaresma dizem que as entrevistas semi-estruturadas

[...] combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI *et al.*, 2005, p. 75.)

Faço uma breve observação acerca da questão de análise de discurso vs análise de conteúdo. Sobre essa última, Mônica Cappelle, Marlene Oliveira Lopes Melo e Carlos Gonçalves, baseados em Bardin, afirmam que

[...] a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, resultando na elaboração de indicadores quantitativos e/ou qualitativos que devem levar o pesquisador a uma segunda leitura da comunicação, baseado na dedução, na inferência. (CAPPELLE *et al.*, 2003, p.4)

Em comparação às duas formas de análise, os autores resumem que

[...] os dois campos teóricos assumem sentidos distintos porque tomam direções inversas: a análise do discurso parte da enunciação para o discurso e a análise de conteúdo, do discurso para a enunciação, ou seja, a análise do discurso não visa o que o texto quer dizer, como é a posição da análise de conteúdo em face de um texto, mas como ele funciona diante de um determinado contexto social e histórico. (CAPPELLE *et al.*, 2003, p.13)

Para efeito dessa pesquisa, me vali da análise de conteúdo que foi realizada da seguinte maneira: após a transcrição das entrevistas que foram conduzidas de forma presencial (foram realizadas no interior da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica), fui agrupando as respostas por proximidade temática; assim, comparei o que cada entrevistado dizia sobre o mesmo assunto e busquei associar com a teoria apresentada além de buscar entender o que estava por trás dos discursos.

CAPÍTULO 1: E VIVERAM FELIZES PARA SEMPRE:

O AMOR ENQUANTO CONSTRUCTO SOCIAL

“Muitas pessoas acreditam que nós só encontramos um amor verdadeiro em nossas vidas. Mas o que elas não percebem é que você pode ter várias vidas.”

Tóquio, La Casa de Papel, 2017

No capítulo inaugural dessa monografia busquei debater, em primeiro momento, acerca do campo das emoções e de que forma ele se constituiu enquanto subárea das Ciências Sociais. Em seguida, levantei questões sobre o amor (especificamente o amor romântico) a fim de identificar como que esse sentimento emerge na modernidade e de que maneira é possível analisá-lo de um ponto de vista socioantropológico.

1.1 O que as ciências sociais têm a dizer sobre as emoções?

Pensar que a esfera privada de nossas vidas é influenciada pelas estruturas sociais pode levantar inquietações muito íntimas que talvez mexam com certezas que até então tínhamos como inquestionáveis; isso nos coloca na posição de questionar o que seria então nós mesmos agindo enquanto sujeitos autônomos e o que seria resultado das estruturas da vida social. Ao resgatarmos Durkheim veremos que ele teorizava sobre como a sociedade, de certa forma, molda os indivíduos dos quais precisa para sua manutenção. Isso ocorre, para o autor, através dos fatos sociais que, apesar de não excluïrem a personalidade dos sujeitos, integram “[...] maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual lhe se impõem.” (DURKHEIM. 2001, p.39)

O casamento, o sistema econômico, a organização política dentre outros aspectos da vida social são, na perspectiva durkheimiana, fatos sociais e sob estes, por sua vez, caberia a responsabilidade de regular e organizar a sociedade em que estão inseridos. Não obstante, podemos dizer que fatos sociais são também concepções e modos de agir aos quais somos ensinados desde que nascemos. A esse processo de aprendizado Durkheim intitulou como socialização. Para o autor, a educação, partindo de uma perspectiva de conservação social, possui o papel de reproduzir as estruturas. Desta maneira, os processos de socialização ficariam a cargo de nos apresentar as diversas regras sociais de como agir, como se comunicar, quais valores ter. De modo geral, nos ensinar o modo como temos que ser para funcionarmos dentro daquela sociedade fazendo assim a sua manutenção.

A sociedade só pode viver se existir uma homogeneidade suficiente entre seus membros; a educação perpetua e fortalece esta homogeneidade gravando previamente na alma da criança as semelhanças essenciais exigidas pela vida coletiva. (DURKHEIM, 2011, p. 53)

Segundo o teórico, logo na primeira infância, somos introduzidos na socialização primária que “[...] ocorre quase que inteiramente no âmbito da família ou da escola maternal, sucedâneo da família.” (DURKHEIM, 2008a, p. 33 *apud* WEISS e RAPHAELLI SOARES, 2021, p. 23) Posterior à essa passaríamos por outro tipo de socialização: a secundária. Esta acontece “[...] na escola primária, quando a criança começa a sair do círculo familiar e [passa] a se inserir no meio que a circunda.” (DURKHEIM, 2008a, p. 33 *apud* WEISS e RAPHAELLI SOARES, 2021, p. 23)

Levando isso em consideração, se aprendemos como agir, como falar, como se relacionar então por que não dizer que também aprendemos, em alguma medida, como assimilar o que sentimos? Logo cedo somos apresentados ao que significa, dentro da nossa sociedade, a raiva, o medo, o amor e tantos outros sentimentos.

É bem verdade que a questão das emoções nem sempre foi enxergada como campo de conhecimento específico dentro das ciências sociais, embora existissem pesquisas que levavam em conta o fator emocional, mesmo que estas não fossem o objeto central de análise. No Brasil, autores como Gilberto Freyre, Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda já haviam introduzido a questão emocional em suas análises, porém não como categoria de análise, já que a sociologia tinha grandes dificuldades em olhar para as emoções como potencial objeto de estudo e a julgava muito subjetiva (KOURY, 2014, p. 843), visão construída na gênese dos métodos científicos das Ciências Sociais ancorados no modo de construir conhecimento baseado nas Ciências Naturais.

Porém, uma autora contemporânea como Eva Illouz (2011), por exemplo, argumenta que a sociologia durkheimiana faz referência ao sentimento quando este autor trata da solidariedade como uma questão que liga o indivíduo ao núcleo social.

Sobre essa questão, a autora diz que

[...] as descrições sociológicas canônicas da modernidade contêm, se não uma teoria completa dos afetos, pelo menos numerosas referências a eles: angústia, amor, rivalidade, indiferença, culpa, há tudo isso na maioria dos relatos históricos e sociológicos das rupturas que levaram à era moderna, se meramente nos dermos o trabalho de ir um pouco além da superfície. (ILLOUZ, 2011, p. 6)

Entretanto apenas na década de 1970, nos EUA, e por volta de 1990, no Brasil, foi que as emoções começaram a ser utilizadas como objeto central da análise da vida social. Inclusive, o surgimento dessa nova subárea de análise, segundo Koury (2014, p. 841), vem de um movimento de busca por rejuvenescer a teoria social. Assim, após a emergência da subárea, diversos estudos e correntes teóricas que usam as emoções como eixo central de análise foram desenvolvidas; muitas, inclusive, antagônicas. Podemos destacar quatro (COELHO *et al.*, 2012, p. 214 - 215):

- a) ESSENCIALISMO: análise que parte do pressuposto que existe uma essência universal das emoções;
- b) RELATIVISMO: que nega a existência de uma “essência emocional” e as enxerga como construções sociais e conseqüentemente distintas em culturas diferentes;
- c) HISTORICISMO: segue, de certa forma, a lógica do relativismo, mas foca suas análises nas mudanças em relação ao tempo histórico; e
- d) CONTEXTUALISMO: levando em conta a noção foucaultiana do discurso, essa linha entende que apenas é possível fazer a análise das emoções dentro do contexto a qual ela está inserida.

Com isso, ao passo que se começa a levar em consideração as emoções enquanto categoria de análise da vida social algumas questões surgem. O que elas são? Seriam as emoções naturais? De acordo com Evelin Lindner, atualmente é possível dizer que se trata de

[...] um conjunto total de significados, comportamentos, práticas sociais e normas. Significados que são construídos em torno das emoções primordiais como elaboradas no interior de sociedades humanas reais. Estas abordagens apontam para o papel sistemático das emoções na interação social, nos relacionamentos nas práticas culturais. (LINDNER, 2013, p. 838)

Assim, observando o caráter múltiplo das emoções, envolvendo questões que vão de fatores biológicos à culturais, se pressupõem que usá-las para análise também requer multidisciplinaridade por parte do pesquisador. Lindner (2013) aponta para o fato de que as pesquisas sobre as emoções, geralmente, se concentram nos sentimentos e personalidades, por exemplo, e não se atentam ao contexto histórico que, em sua visão, é de extrema importância.

Emoções e conflitos se encontram profundamente inscritos na mesma transição histórica. Da mesma forma, todos os pesquisadores, incluindo os pesquisadores sobre emoções e conflito, e os seus leitores não vivem em uma bolha. Todos são partes de contextos sociais. (LINDNER, 2013, p. 824)

Lutz (2012), por sua vez, advoga em relação às emoções enquanto discurso; deste modo, é constituída uma micropolítica da vida pública relacionada ao sentir. Se constrói uma hegemonia emocional que articula através da regulação e produção de crença. Assim, a política das emoções funciona em meio à disputa da nomeação do que elas significam. Com isso, articulando com Illouz (2011) quando a autora disserta em relação aos afetos organizarem arranjos sociais, é possível dizer, portanto, que as emoções emergem não apenas como um fator natural, mas fundamentalmente como um aspecto de organização social. De acordo com ela, o capitalismo, por exemplo, se constituiu em paralelo à uma forma de afeto específica. Em suas palavras, o capitalismo afetivo é

[...] uma cultura em que os discursos e práticas afetivos e econômicos moldam uns aos outros, com isso produzindo o que vejo como um movimento largo e abrangente em que o afeto se torna um aspecto essencial do comportamento econômico, e no qual a vida afetiva – especialmente a da classe média – segue a lógica das relações econômicas e da troca. (ILLOUZ, 2011, p. 8)

Deste modo, entendendo as emoções enquanto, também, fruto da cultura, de que forma poderíamos estudar as relações sociais sem levar em conta o que sentimos nessas interações? E mais, como não levar em conta o porquê sentimos o que sentimos? Talvez isso seja ainda mais importante: as motivações por trás.

2.2 Desnaturalizando o amor

Ao longo da história humana foram surgindo várias explicações para o que seria o amor. Uma palavra pequena, mas que causou inquietação em filósofos, poetas, psicólogos dentro outros. Para Jacques Lacan (1992) amar é sobre dar aquilo que não se tem. Em “O Banquete de Platão” temos alusão a um mito relacionado ao que popularmente se conhece enquanto “alma gêmea”, a história narra que originalmente os seres humanos tinham quatro pernas e quatro braços com dois rostos, mas que Zeus, enfurecido, teria partindo-nos ao meio e como punição passaríamos a vida buscando por essa nossa outra metade. Como já dito, o debate aqui não gira em torno de se alguma dessas definições está correta ou não; o que chamo a atenção é para outro ponto: as emoções enquanto constructos sociais que têm seu significado atrelado ao meio e temporalidade. E sendo assim, é possível então pressupor que elas nem sempre tiveram o

mesmo significado dentro de uma mesma sociedade. Se olharmos do ponto de vista antropológico, veremos que a cultura de um grupo se altera à medida que o tempo passa através de processos internos e externos os símbolos vão mudando. Leslie White (1970), citado por Barros Laraia, define a cultura a partir dos símbolos. Em suas palavras,

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos... Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano... O comportamento humano é o comportamento simbólico. Uma criança do gênero Homo torna-se humana somente quando é introduzida e participa da ordem de fenômenos superorgânicos que é a cultura. E a chave deste mundo, e o meio de participação nele, é o símbolo. (WHITE *apud* LARAIA, p. 55, 1986)

Phillip Kottak (2005), por sua vez, discorre sobre a cultura enquanto processo de aprendizado. Para ele, a fluência “[...] com que as crianças absorvem qualquer tradição cultural é um reflexo de quão única e elaborada é a capacidade de aprendizagem do ser humano.” (p. 21, 2005, tradução minha) em seguida complementa dizendo que “[...] cultura é um atributo não de indivíduos em si, mas de indivíduos como membros de grupos.” (p. 23, 2005, tradução minha)

A cultura sendo, portanto, um aspecto dinâmico da vida social e a vida social sendo permeada de constantes alterações, leva a entender que a própria cultura pode alterar-se a depender de múltiplos fatores. Sendo assim, a partir de uma perspectiva contextualista, observa-se que, as emoções enquanto aspectos também constituintes da cultura, apresentam significados conforme recorte histórico analisado, ou seja, não são estáticas. Com o amor que se faz objeto desta análise não seria diferente, olhando através de uma lente histórica veremos como com o passar dos séculos seu sentido foi modificando. Navarro Lins (2012), por exemplo, fazendo uso da História das mentalidades apresenta uma análise de como o amor foi visto e entendido em diferentes épocas. Apesar de particularmente ter ressalvas em relação a algumas análises apresentadas pela autora em outras obras, inclusive no que tange os seus diagnósticos acerca das mudanças contemporâneas no que se refere aos relacionamentos afetivos, não tem como negar o excelente trabalho que foi feito, do ponto de vista histórico, ao traçar os diversos sentidos que o amor já teve através das eras.

Lins (2012) destaca, por exemplo, como na Grécia Antiga o amor era ligado fortemente à beleza física e à sabedoria, já na Renascença ele nada tinha a ver com o ato

do casamento. Me interessa aqui a passagem dos séculos XIX e XX para o século XXI quando o amor romântico surge com sua premissa revolucionária. Trata-se de uma época marcada pela libertação e expressão das emoções. Com a popularização do gênero literário romance, inicia-se então um processo de profunda mudança no que tange os relacionamentos afetivo-sexuais. Junto a isso, a Revolução Francesa procurava abolir a forma antiga da sociedade. Em paralelo, o casamento por amor é uma ideia que continua a crescer, ou seja, casar-se com quem se deseja é uma ideia que ganhando força traz consigo uma nova concepção para os relacionamentos.

Sobre o amor romântico, Tebexreni (2022) o define como “[...] uma construção social e histórica normativa, fundamentada sobre uma série de diferentes concepções idealistas e socialmente concebidas a respeito do amor” (p. 15, 2022). Giddens, por sua vez, aponta para o fato da ideia de o amor romântico ter ajudado “[...] a abrir um caminho para a formação de relacionamentos puros no domínio da sexualidade, mas agora se tornou enfraquecida por algumas das próprias influências que ela ajudou a criar. (GIDDENS, 1992, p. 69).

Ainda em Giddens (1992), o autor destaca o fato de que o amor romântico, diferente do amor apaixonado, não é imediatista. Esse “*amor à primeira vista*” fala mais sobre identificar no outro características que me são importantes e a possibilidade de completude, proporcionando assim a construção da “*narrativa do eu*”. E mais, esse ideal está associado à criação do lar enquanto significado que temos hoje, que perpassa pela modificação da relação de pais/filhos e tem sua gênese na invenção da maternidade como parte da natureza da mulher. Assim, os afetos organizam arranjos sociais. Com isso, “[...] sentimentos, portanto, organizam-se hierarquicamente, e esse tipo de hierarquia afetiva, por sua vez, organiza implicitamente os arranjos morais e sociais”. (p. 7)

Túlio Cunha Rossi (2013), por sua vez, ancorado em Chaumier (1999), diz que o

[...] que viera a se tornar o amor romântico um ideal de fusão, em que os amantes se uniriam em uma nova unidade, espécie de amálgama de suas identidades. (ROSSI, 2013, p. 43)

Nas palavras de Chaumier (1999):

O amor consistiria em um desejo irrepreensível de se fundir, seja de se apropriar do outro a ponto de querer lhe devorar para tornar-se uma só carne, seja de desaparecer nele, para, ao fim, não existir mais separadamente. (CHAUMIER, 1999, p. 39 *apud* ROSSI, 2013, p. 43)

Rossi (2013) complementa dizendo que ao passo que esse amor romântico prega a fusão, individualidades precisam ser sacrificadas, porém as que o foram são as femininas. Assim, adverte para o fato de que no

Caso do amor nas sociedades modernas, o exercício do imaginário é culturalmente incentivado, como algo que acarreta fins práticos, como o casamento, passando pela organização da vida privada e a divisão de papéis sociais facilitados pela instituição da família nuclear burguesa ao estímulo ao consumo, seja para a conquista e/ou manutenção de estados idealizados de felicidade. (ROSSI, 2013, p. 48)

Além disso,

Mais que conjunto de sentimentos particulares, o amor enquanto idealização mobiliza mercados, instituições e transformações sociais. Diferentemente de outras construções do imaginário encerradas no campo do abstrato, tratadas simplesmente como entretenimento, loucura ou escapismo, há uma demanda socialmente motivada para uma suposta realização universal do amor e, para muitos, sua celebração perante a comunidade por meio do matrimônio. (ROSSI, 2013, p.49)

O autor ainda advoga acerca da maneira como o mercado audiovisual opera reforçando o ideal do amor romântico. Rossi (2013) comenta sobre como, desde pequenos, somos expostos à filmes, por exemplo, que vão moldando nosso referencial de mundo. Em suas palavras,

Isso contribui para transformações relevantes em como a própria vida – individual e socialmente – é percebida, bem como os sentimentos nela experimentados, os processos de interação e os códigos e prerrogativas que orientam as relações e as expectativas nelas depositadas. (ROSSI, 2013, p. 55)

Na conclusão de sua tese de doutorado, Rossi (2013) defende que, dentro das narrativas dos filmes analisados por ele¹,

A recorrência de discursos com alusões mais ou menos diretas a salvar ou resgatar alguém, além de contribuir para a construção do mérito das personagens, aponta para a ideia de que todas as personagens, até à conquista do grande amor, encontram-se sob alguma espécie de terrível ameaça. A vida sem a presença da conquista amorosa então é apresentada na chave da insegurança, de algum perigo que, ainda que não percebido imediatamente, é sentido como angústia, inquietação, não necessariamente associada à ausência de um amado, mas à própria existência. (ROSSI, 2013, p. 298)

¹ Os filmes analisados por Rossi foram: Uma linda mulher; Sintonia de Amor, Titanic, Closer – Perto demais e O amor não tira férias.

Contudo, o autor adverte que a relação dos filmes com as construções contemporâneas de amor não se resume numa tentativa de cópia do que se vê em tela, mas sim porque o cinema “[...] oferece códigos e símbolos, encadeia imagens, mensagens e significações.” (ROSSI, 2013, p. 310 - 311)

Assim,

As imagens e discursos de amor do cinema hollywoodiano se sustentam na contemporaneidade e tomam parte nos projetos de vida e nas formas de interpretação das experiências individuais não porque constituem uma relação de fidedignidade, mas porque estimulam a imaginação e o domínio de códigos e simbologias próprias que são significativamente ligadas a uma conquista transcendental. (ROSSI, 2013, p. 317)

Portando, o autor sintetiza que

O amor não está nem nos gestos, nem nas imagens, palavras ou sensações, mas no ato de significá-los de forma diferenciada, ao mesmo tempo individualizada, mas a partir de códigos, símbolos e prescrições que são culturalmente reproduzidos, reconhecidos e valorizados. (ROSSI, 2013, p. 320)

Por outro lado, na leitura feita por Karl Marx (2008), veremos que ele advoga sobre como a ideologia vigente em uma sociedade trata-se da ideologia da classe dominante. Deste modo, quando ocorre uma transformação nos modos de produção, toda a sociedade muda junto. Em “A crítica da economia política”, o autor diz que

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. (MARX, 2008, p. 48-50)

Nesse aspecto, em decorrência das revoluções burguesas, toda a vida social foi alterada. As relações de trabalho, as relações jurídicas e não obstante as relações afetivas também, a significância dos aspectos sociais. Ao que interessaria agora para a burguesia

os relacionamentos em troca de expansão do reino se não mais existia monarquia?!
Codato (2016), em relação à ideologia, sintetiza que

A ideologia é uma estrutura e uma prática. A ideologia não é um estado subjetivo da consciência (imaginação), nem um produto derivado de outras instâncias (um mero “efeito”, como na expressão consagrada por Poulantzas (1971)), mas uma estrutura do mundo social (uma “realidade”). E a expressão “estrutura ideológica” designa o terreno onde certas práticas sociais simbólicas se dão. O fundamental é que essas práticas têm aí a mesma materialidade que as ações e os conflitos nos demais domínios do mundo social. E é através da ideologia (ou das “formas ideológicas” para falar como Marx, ou da “tradição”, para falar como Marx e Engels) que os agentes sociais conhecem e se reconhecem (onde os homens “tomam consciência desses conflitos” etc.), isto é, situam-se em relação ao espaço social, e situam os outros agentes no espaço social. (CODATO, 2016, p. 322)

Sendo assim, a burguesia tentou construir a sociedade moderna à sua imagem e semelhança, criando uma ideologia que estivesse de acordo com seus ideais. Com isso, a partir do momento que uma classe com princípios de liberdade ascende ao poder, o que vem a ser mais lógico é cultivar a ideia do direito de livre escolha pelo seu par amoroso. Porém, se essa escolha livre acontece de fato no campo prático é algo para se questionar.

Deste modo, com a discussão realizada nesse capítulo, é possível observar que o amor para além de não ser natural, também pode ser um mobilizador de ações, de modos de agir. Através dos códigos criados para e através dele, vão sendo construídas as maneiras de nos relacionarmos com esse sentimento. E para além disso, a forma como também construímos as relações com outras pessoas; e sobre essas formas, no capítulo a seguir, procurei discorrer acerca da natureza da monogamia.

**CAPÍTULO 2: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E
CONCEITUAIS SOBRE A MONOGAMIA À LUZ DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

*“O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas
não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos
pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido.”*

Gilberto Velho, 2019

Passada a discussão acerca do amor romântico, do seu surgimento e da forma como ele se apresenta na nossa sociedade; nos itens desse capítulo apresentei um debate relacionado à gênese da monogamia, o seu caráter de sistema relacional, a forma como ela organiza nossas relações e os impactos deste modo de organização. Junto a isso, levantei também uma discussão relacionando a monogamia e o Brasil, buscando entender como podemos pensá-la em nosso país partindo de nossas particularidades.

2.1 Monogamia enquanto um sistema relacional

De almejada a criticada, a monogamia na contemporaneidade entrou no foco das discussões sociais principalmente no que diz respeito a debates travados virtualmente, muitas vezes ancorado à fundamentos biológicos. Seria a monogamia algo natural da espécie humana? Confesso que a argumentação baseada nas Ciências Biológicas pouco me importa aqui. Contudo, se não vou pelo caminho biológico, de que forma poderíamos explicar a monogamia?

Engels (1960) liga a gênese da monogamia com o nascimento da propriedade privada, ali em nossa passagem de sociedade de coletores para uma que realiza a agricultura. Na perspectiva do autor, à medida que os homens entendiam seu papel na reprodução humana, eles foram buscar formas de garantir que as agora chamadas propriedades privadas, ou seja, os seus bens e terras, continuassem dentro da própria linhagem. Com o surgimento do Estado um novo modo de organização social foi criado e, ao passo disso, a família se torna cada vez mais nuclear. O autor argumenta que a monogamia surge com a premissa de controle do corpo e fertilidade da mulher e esse também seria, em sua perspectiva, o marco zero da opressão de gênero. Discordo parcialmente desse último ponto e trago Tabel (2014) que em "Mãos, instrumentos e armas" presente no livro "Patriarcado desvendado" advoga que mesmo nas sociedades de coletores prevalecia uma divisão restritiva em relação à utilização de armas entre homens e mulheres. Assim, a monogamia pode ter dado um outro caráter para essa relação de poder, mas que já existia anteriormente. Nas palavras de Tabel,

[...] controle, por parte dos homens, da produção e do uso de instrumentos e armas confirma-se como condição necessária da dominação masculina sobre as mulheres, dominação baseada na violência (monopólio masculino das armas) e no subaparelhamento das mulheres (monopólio masculino dos instrumentos). A exclusão das mulheres da fabricação e da utilização de armas e instrumentos é a condição para seu uso no trabalho, na sexualidade, na reprodução da espécie. (TABEL, 2014, p. 165 - 166)

Também chamo a atenção para o fato de que a análise de Engels está centrada dentro de uma perspectiva cisgênera. De certo não teria maneira de uma análise ser feita em 1884 usando termos como transsexualidade sendo que este só viria a ser criado em 1949 (embora isso não queira dizer que pessoas trans não existissem antes) (MOREIRA *et al.*, 2019). Contudo, é importante o movimento de entender que quando o autor fala sobre controle da fertilidade da mulher ele está se referindo a uma mulher cisgênera; quando fala sobre o homem controlar essa mulher é um homem também cisgênero.

Ainda sobre a opressão de gênero relacionada com a monogamia, Ítalo Vinícius Gonçalves (2021) defende que

A monogamia, antes de um acordo liberal firmado entre pares, sentido culturalmente partilhado pela nossa sociedade, faz parte de uma estrutura histórica de poder a serviço do patriarcado que tem como função a hierarquização do gênero e dos afetos, o controle da propriedade privada no interior das famílias e a potencialização da produção do capital pelo sistema capitalista. (GONÇALVES, 2021, p. 73)

E complementa

A estrutura monogâmica, que regulará as funções de cada gênero dentro dos sistemas culturais, também se articulará ao fenômeno hollywoodiano e mercadológico do amor romântico de tal forma que as inúmeras expectativas sociais em torno destas práticas continuem sendo produzidas e mediando as relações entre os sujeitos. (GONÇALVES, 2021, p. 73)

Brigitte Vasallo (2018), por sua vez, advoga acerca da monogamia caracterizada como um sistema hierarquizante de organização de todas as nossas relações, não apenas as afetivo-sexuais. Deste modo, atrelado à noção contemporânea de amor, esse sistema constrói, reconstrói e reforça a estrutura hierárquica relacional trazendo à tona uma forma de “pensamento”. Não se trata apenas de uma prática, é um conjunto de ideias que moldam o que está certo e o que não está dentro de uma linha legisladora. Vasallo explica que a escada hierárquica monogâmica funciona da seguinte maneira: no topo mais alto está o núcleo casal sendo a relação mais importante que funciona em meio a “romantização do vínculo, o compromisso sexual, a exclusividade de ambos e o futuro reprodutivo” (2018, p. 26, tradução minha) ao se instalar dependências e co-dependências em todos os âmbitos, principalmente o econômico. Posterior ao casal vem a família consanguínea e, em seguida, os amigos e assim sucessivamente. Sobre os privilégios que a monogamia constrói, Vasallo diz que

[...] o sistema monogâmico põe em movimento uma série de mecanismos que estabelecem superioridade (administrativa, emocional, ética) de algumas formas relacionais mais concretos para que sejam considerados melhor em termos absolutos. (VASALLO, 2018, p. 33, tradução minha)

Outro ponto interessante de sua análise diz respeito à exclusividade sexual que enquanto parte da monogamia não funciona, segundo ela, como determinante de uma prática, ou seja, ela não serve para ditar uma ação; mas configura-se com um símbolo que funciona para atribuir ou não privilégios. Por exemplo, em uma relação afetivo-sexual, se uma das partes do casal trai, a exclusividade serve para colocar aquela relação extraconjugal como inferior e menos importante reafirmando ainda mais a superioridade do núcleo casal como uma relação mais importante do que aquela. Assim, enquanto símbolo, a exclusividade possui papel essencial no sistema monogâmico porque é a partir dela que se é atribuída legitimidade para algumas relações afetivo-sexuais e outras não. E aqui podemos pensar na responsabilidade desse símbolo na construção do papel social da amante e como que esse local é marcado pela marginalização e inferioridade, ou melhor, pensando nos moldes da autora: marcados pela deslegitimação.

A título de demonstrar que a exclusividade não funciona enquanto determinante de uma prática trago duas pesquisas (a) uma coordenada por Carmita Abdo (USP, 2015) que levantou dados que mostra que 70% dos casais brasileiros já passaram por situações de traição. No estudo, 56% de mulheres admitiram já ter traído contra 70% de homens que afirmaram já terem “pulado a cerca” e (b) outra mais recente, de 2022, realizada pelo aplicativo *Gleeden*, ouviu 460 mil brasileiros e constatou que 8 em cada 10 pessoas já traíram seus parceiros afetivo-sexuais mesmo estando em relacionamentos monogâmicos. Dessa forma, podemos supor então que, para além da exclusividade sexual ser um símbolo, a traição dentro das relações monogâmicas afetivo-sexuais do brasileiro seria uma regra e não a exceção. Isto posto, então seria possível definir a monogamia pela não presença de relações sexuais com outras pessoas fora do núcleo casal? Em outras palavras, mesmo a traição fazendo parte dessa estrutura, é aceitável classificar, a partir de uma equação simples, monogamia igual à fidelidade? É o que discorrei no capítulo 3.

2.2 A monogamia no Brasil: um breve olhar para a colonização

Pensar a monogamia em nosso território assim como pensar quaisquer outros aspectos da vida social requer ter como bússola nossas particularidades. Os nossos problemas são específicos, sendo assim, tal qual teorizava Guerreiro Ramos (1995), não é possível apenas transpor, por exemplo, uma teoria sobre a configuração social de algum

país europeu sem trazer luz aos problemas específicos enfrentados por nós enquanto povo brasileiro. Quando se observa a monogamia nas relações brasileiras não seria diferente. A construção do nosso país se deu marcada pela violência, pela imposição e pelo genocídio/etnocídio dos povos originários e dos seus modos de vida. Sobre isso, Moreira (*apud* TEBEXRENI) disserta que a

[...] intervenção teve início com a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549. A monogamia e a indissolubilidade matrimonial exigida pelos missionários quebravam alguns dos principais elos de colaboração existentes na sociedade multicomunitária tupinambá. Além disso, tais intervenções na organização familiar indígena converteram-se em uma política de longa duração no Brasil, pois perdurou nos séculos seguintes em razão da prevalência da Igreja e dos valores católicos na sociedade colonial e pós-colonial brasileira. (2022, p. 18)

Por outro lado, no artigo “Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena”, os autores dizem que

No processo colonial que ocorreu (e permanece) em nosso território, a moralidade cristã vem sendo a bússola para as diferentes organizações sociais, inclusive para as relações de parentesco, sexualidades e afetividades. No caminho de materializar a invenção da nação brasileira, a família monogâmica heterocisgenera vem sendo considerada a “célula mater da sociedade” (Constituição Federal, 1988). Esse ideal de família se via ameaçado pela não-monogamia originária, já que a ausência das proibições e punições monogâmicas nas organizações indígenas simbolizava para os padres a devassidão moral, a promiscuidade e a perdição. (NÚÑEZ *et al.*, 2021, p. 80)

O trecho destacado faz alusão ao fato de a colonização em nosso território ter imposto também o modo de se relacionar do colonizador. Nesse aspecto, a religião teve papel fundamental no que se refere à aculturação dos modos de vida dos povos originários. E mais,

[...] a colonialidade aciona para defesa de si é de que suas imposições são, em verdade, escolhas livres. Isso é fundamental porque sem o livre-arbítrio não é possível punir, culpar, prometer o céu ou condenar ao inferno. Apenas quem não tivesse consciência poderia ser inocente a priori. Daí a motivação cristã em levar a palavra de seu Deus ao conhecimento de indígenas, para que estes então pudessem estar elegíveis aos processos de julgamento divino. Essa motivação segue atualizada em determinados ramos de igrejas cristãs que continuam a invadir aldeamentos indígenas, quilombolas, ou mesmo tentam contactar indígenas (voluntariamente) isolados. À esteira da noção de livre- arbítrio cristã, a monogamia se apresenta em muitos espaços como uma escolha livre, mas ela é imposta, inclusive juridicamente. (NÚÑEZ *et al.*, 2021, p. 79)

Nesse sentido temos, por exemplo, a criminalização da bigamia e do adultério, o primeiro segue, mas o segundo vigorava até recentemente, ambos citados pelos autores. Além disso, Sarah F. Lino de Azevedo em “A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual” discute

a questão dos crimes passionais no Brasil e a correlação entre a forma como o adultério é usado para justificar feminicídios. Nas palavras de Azevedo

[...] uma duplicidade de tratamento gerados pelo estigma do adultério feminino: ele é utilizado para reduzir a pena de homens acusados de homicídios de mulheres e, ao mesmo tempo, é utilizado para culpabilizar mulheres acusadas de crimes da mesma natureza. (AZEVEDO, 2019, p. 15)

E mais

Embora a legislação busque garantir minimamente a igualdade de gênero com relação aos deveres dos cônjuges, além de outros deveres, ela não é expressa de forma real pelo sistema jurídico. A diferença no tratamento quanto aos privilégios assegurados pela figura jurídica do crime passionais, como mostrado acima, é um exemplo claro disso. O estigma da infidelidade feminina, fomentado por um duplo padrão de valores que atribui um sentido mais negativo ao adultério quando cometido pela mulher do que quando cometido pelo homem, encontra espaço para se perpetuar na estrutura jurídica do Brasil. (AZEVEDO, 2014, p. 15)

Deste modo, a monogamia está integralizada no tecido social brasileiro, principalmente no aspecto institucional. Segundo Marília Moschkvick (2019), no blog da Editora Boitempo,

[...] além da questão evidente de controle da propriedade privada e da herança, também base do sistema capitalista e da reprodução das classes, essa dupla norma de exclusividade e hierarquia é parte igualmente importante do que permite darmos, hoje, no senso-comum, caráter de unidade à Família. (MOSCHKVICK, 2019, s.p.)

A autora ainda adverte que a monogamia, enquanto estrutura relacional, contribui para que características da ideologia burguesa continuem vigentes, como a separação do público e privado e a máxima do indivíduo acima do coletivo. De acordo com Moschkvick, a família enquanto instituição aliena o trabalhador do que ela denomina enquanto “afetividade coletiva”. O núcleo familiar fechado cria a dicotomia “‘nós’ (da mesma família) e ‘eles’ (da mesma classe, mas de outras famílias), acirrando inclusive formas competitivas disso entre a burguesia que são ideologicamente exportadas e impostas também à classe trabalhadora” (MOSCHKVICK).

Junto a isso, ter a monogamia enquanto norteador de legitimidade para as relações acaba por descredibilizar outras formas relacionais. Nuñez, em uma entrevista ao CRP SC (Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina), comenta acerca de como a psicologia, ao perpetuar ainda a forma relacional do branco colonizador desumaniza, deslegitima e atribui significado de patologia à outras configurações relacionais.

Por fim, realizada uma breve discussão da monogamia enquanto sistema relacional, se torna necessário contrapor as teorias apresentadas com a prática de quem tenta vivenciar algo diferente da norma monogâmica. E é isso que procuro fazer no terceiro capítulo dessa monografia.

CAPÍTULO 3: RELACIONAMENTO ABERTO:A

RECUSA DA NORMA MONOGÂMICA OU

UMA (RE)FORMULAÇÃO DELA?

“Falsas noções sobre o amor nos ensinam que ele é o lugar onde não sentiremos dor, onde estaremos constantemente em êxtase.”

bell hooks, 2021

Passado um breve debate acerca da monogamia, sinto a necessidade de discorrer em relação a um outro aspecto da vida social: agência. Focando na questão dos relacionamentos-afetivos sexuais, pretendi elaborar nesse capítulo (a) como pensar a agência no âmbito social e (b) mais relacionada com a parte empírica: quais códigos e dinâmicas pude observar nos casais entrevistados?

3.1 Dicotomia agência/norma social

“Com isso, a narrativa de que haveria uma escolha livre pela monogamia é um oxímoro, posto que a autonomia sobre o próprio corpo é (deveria ser) intransferível.” (NUÑEZ *et al.*, 2021, p. 84)

Início a discussão com essa citação por entender que, de algum modo, inseridos em quaisquer sociedades com códigos e convenções próprias dela e, sem estar munidos de ferramentas para decodificação dos arranjos sociais, talvez nosso movimento normal seja o de naturalização. E se assim for, de que modo seria possível rebater o argumento da livre escolha pela monogamia? E por outro lado, se as estruturas sociais existem e exercem influência em nós, então somos sempre marionetes sem poder de escolha? Sobre isso, Caetano (2011) afirma que

As estruturas sociais são anteriores, exteriores, autônomas e exercem influência causal nos indivíduos. Mas, para que essa influência seja exercida, é necessário que os poderes causais das estruturas sejam activados pelos agentes. (2011, p. 158)

Ou seja, o que é social está enraizado nas mentes dos indivíduos dando sentido para as percepções e interpretações do mundo, fazendo com que suas ações façam sentido. Dessa forma, não é uma relação unilateral entre estrutura *vs* sujeito; é mais uma ação mútua de *ambos* que vão criando significados e reforçando aqueles que já existem. A autora complementa que

A análise da reflexão dos sujeitos acerca das suas opções e do seu lugar no mundo social implica que as estruturas sejam perspectivadas como entidades externas porque são tomadas como objecto que capacita ou constrange. Mas, por outro lado, as deliberações reflexivas não assumem em exclusivo o papel de orientação da acção. Os processos de interiorização das estruturas sociais permitem desenvolver nos sujeitos um conhecimento prático do real que engendra acções ajustadas às suas probabilidades objectivas. O que importa reter desta discussão é que o dualismo e a dualidade se reportam a diferentes componentes da relação entre estrutura e agência. (2011, p. 159)

Sobre a sexualidade, que faz parte do objeto estudo, Lhomond diz que

[...] sexualidade humana diz respeito aos usos do corpo e, em particular – mas não exclusivamente – dos órgãos genitais, a fim de obter prazer físico e mental, e cujo ponto mais alto é chamado por alguns de orgasmo. Fala-se de conduta, comportamento, relações, práticas e atos sexuais. (2009, p. 231)

E mais, de uma forma ampla, a sexualidade e como ela é experienciada tem relação com a temporalidade e localidade analisada (LHOMOND, 2011). Flávia Biroli (2013), por sua vez, em um artigo publicado em 2013, debate acerca da questão da livre-escolha e o consentimento dentro da teoria feminista. A autora leva pontos acerca do que tange os discursos relacionados às preferências individuais dentro da nossa sociedade. Em suas palavras:

A constatação do caráter social das preferências e tendências individuais define um campo para a análise dos problemas relativos à produção das preferências nas sociedades contemporâneas. As preferências, inclusive quando enunciadas como escolhas, conduzem-nos diretamente à análise do contexto de sua produção e, assim, aos incentivos e constrangimentos presentes no processo em que essas preferências definiram-se, aos recursos e alternativas disponíveis. Há uma relação importante entre as preferências e as escolhas dos indivíduos, que faz com que existam conexões entre o processo de formação das preferências, as escolhas “livremente” feitas pelos indivíduos [...]. (BIROLI, p.128, 2013)

Fazendo uma transposição da linha de raciocínio que a autora faz, trazendo aqui para a questão da escolha (ou não) por modelo relacional, quando pensamos na monogamia enquanto a regra social e, desta forma, o modelo a ser seguido, como podemos defender que se trata de uma livre escolha quando ela foi tudo, menos uma alternativa dentre outras? Retornando ao segundo capítulo dessa análise, se a monogamia é um fato social, portando exterior ao indivíduo, não haveria como ter partido dele uma vontade natural por ela. Sendo assim, pensar que nossas escolhas são descoladas no meio social acaba por ignorar e tirar o peso das estruturas sociais.

De acordo com Biroli, as escolhas podem partir de três pontos, são eles:

- a) remeter a hierarquias e a formas de opressão internas ao grupo;
- b) remeter à carência e à precariedade; e/ou
- c) produzir subserviência e/ou impedimentos à autodeterminação

Sobre a primeira, autora diz que

[...] a escolha pode ser fundamentada por preferências, mas é difícil sustentar que estas tenham sido autonomamente produzidas. Pode, também, fundamentar-se na ausência de alternativas que permitiriam opor-se às hierarquias e formas de autoridade existentes, mesmo quando existam preferências que conduziram a escolhas distintas. (p. 130, 2013)

Já no segundo,

[...] as escolhas podem ser livres, no sentido de que não são coagidas, mas isso não é suficiente para que sejam tomadas como a manifestação de preferências. Manifestam a ausência de alternativas, a vulnerabilidade. (p. 130, 2013)

E sobre o último,

[...] a livre-escolha apresenta outro aspecto, que remete aos seus desdobramentos: ela restringe a autonomia. Somos colocados diante do problema da crítica às escolhas que levam à subordinação ou restringem o domínio dos indivíduos sobre si mesmos. (p. 130, 2013)

Com isso, percebo que para além da monogamia ser uma estrutura que nos condiciona, a nossa forma de pensamento também é monogâmica. Ou seja, resgatando Vasallo e a questão do pensamento monogâmico, o nosso funcionamento de assimilação dos desejos também se concretiza dessa forma, de uma forma monogâmica. Uma relação quase que como se a introjeção do modo relacional fosse tão profunda que olhar com estranheza não cabe, o movimento é de naturalização. Algo como “sempre foi assim”.

Deste modo, não é possível, a meu ver, dissertar acerca das questões sociais munidos de argumentos desse tipo. Como já dito, quando o simples direito a livre escolha é evocado, o movimento de ignorar aspectos de hierarquia e poder podem facilmente serem ignorados.

3.2 Relacionamento aberto: o que quem vive têm a dizer?

Realizadas e transcritas as entrevistas, apresentarei algumas elaborações relacionando-as com a teoria apresentada e com as categorias discutidas. Para isso, dividi essa subseção em alguns temas mais gerais. Ao todo foram conduzidas quatro entrevistas. Todos os entrevistados se entendem enquanto homens cisgêneros e brancos. Com idades relativamente próximas (23 anos, 24 anos, 26 anos e 29 anos) não houve uma diferença geracional. Em relação à formação dos entrevistados, 3/4 deles possuem ensino superior completo ou em formação e apenas um possui apenas o ensino técnico. As rendas individuais são de 1.500, 2.200, 3.100 e 4.000 reais. Em relação à religião, dois são ateus, um católico e um espírita.

Deste modo, as respostas para essa monografia partiram de um grupo de homens brancos e jovens, além de cisgêneros e pertencentes às classes sociais D e E e terem certo grau de formação formal. Sendo assim, os resultados alcançados aqui imprimem em si os

aspectos socioeconômicos desses individuais. Com isso, explico que não posso pretensão de transpor qualquer resposta aqui encontrada para todos os homens que se relacionam com outros homens e que estejam em relacionamentos abertos. Por último, com intuito de proteger a identidade dos entrevistados, esclareço que os nomes usados nos itens a seguir são fictícios.

3.2.1 O caráter da não-monogamia para os entrevistados.

Ao fim das entrevistas, pude notar que a não-monogamia para os entrevistados assumem três principais formas. A primeira vemos na fala de Pedro, um homem cisgênero e branco de 23 anos, que, ao ser questionado sobre o que é não-monogamia para ele, diz que *“É trazer um outro parceiro, né? Para a relação”*, o que levanta o aspecto de que não-monogamia estaria relacionado com quantidades de pessoas dentro de um mesmo relacionamento, ou seja, aqui a não-monogamia assume o sentido de multiplicidade. Por outro lado, Carlos, um homem cisgênero e branco de 26 anos, diz que *“A não-monogamia para mim é não estar fechado com uma pessoa no nível sexual, digamos assim, né?! Eu acho que tem uma diferença entre o sexual e o afeto, né? O afetivo. Então pra mim a não-monogamia não está fechado com uma pessoa a nível sexual, de ficar com um parceiro fixo, né? O único no sentido de sexo e em relações sexuais. Nesse sentido”*, aqui temos a associação da não-monogamia não com a quantidade de pessoas, mas sim com relação à tão somente a liberdade sexual dentro de um relacionamento. E por último, uma outra explicação da não-monogamia vem de dois entrevistados. Coloquei a deles juntos por se aproximarem. Luiz, um homem cisgênero e branco de 29 anos, diz que *“A não-monogamia para mim é desvincular esse processo de de olhar para as relações afetivas como uma relação heteronormativa, né? Aí pra mim é a forma assim de um outro olhar, né? E aí eu percebo também que dentro da população LGBT a gente já tem esse olhar assim um pouco, só que às vezes ainda sim é privado, porque ainda o olhar cis e heteronormativo é muito imposto, né? Então a gente às vezes acaba cedendo e fala assim ‘ah não, ah não eu tenho que casar mesmo, eu tenho que ter uma relação monogâmica e essa coisa de muita gente não dá certo, não dá, tem que ser só um’*. Então eu acho que a não-monogamia ela está nessas questões de de me relacionar com outras pessoas afetivamente e não também” e, em um fala próxima, Juan, um homem cisgênero e branco de 24 anos, comenta que *“Pra mim não-monogamia é posicionamento político, primeiramente. E que esse posicionamento político ele vai fazer com que eu enxergue as minhas relações de maneira não hierarquizante”*. Assim, nesses dois últimos, a não-

monogamia assume uma posição que se constrói para além do aspecto da prática em si, mas como um direcionamento, que nas palavras deles, se configura enquanto “*político*”.

Se ou qual dessas posições está correta não vem ao caso, mas chamo a atenção para a multiplicidade de explicações do caráter da não-monogamia. Pilão (2022) aponta para o fato de que a não-monogamia se tornou uma categoria comum e, deste modo, perdendo assim as identidades individuais de movimentos como o da Relação Livre (RL) e dos poliamoristas. Assim, acontece um movimento que Veena Das (2007) descreve como a morte do significante. A autora usa essa explicação para falar sobre o rumor, mas aqui trago para mostrar como que o significado de não-monogamia é tão disperso e amplo justamente porque seu significante foi se perdendo - se é que já teve.

3.2.1 Os rótulos dentro das experiências não-monogâmicas

Outro aspecto de destaque diz respeito a relação dos entrevistados com os rótulos. Dois deles se mostraram relutantes em nomenclaturas como “namorado” e/ou “casados” que, segundo eles, são específicas da monogamia. E assim, numa tentativa de afastamento, eles não se reconhecem dentro dessas rotulações apesar de a usarem. Luiz, por exemplo, ao ser questionado sobre como nomearia o vínculo que possui com João (nome fictício), diz que “*Ah, um namoro. É meio difícil porque a gente fala assim, mas vocês têm que casar, mas vocês, vocês moram juntos?! Então vocês são casados. Parece que casado é uma coisa assim tão monogâmica para mim, para eu colocar isso para mim, para pegar esse termo para mim que eu fico assim*”. Na fala de Juan também é possível ver essa diferença entre o significado que ele confere à nomenclatura e ao que ele vive com Lucas (nome fictício): “*Nesse relacionamento que a gente chama de namoro até hoje socialmente, né?!*”. O uso da palavra socialmente mostra que para o entrevistado existe uma dicotomia entre aquilo que é social, quase como numa esfera do performático, das aparências; e aquilo que é o individual que seria o “real” caráter do relacionamento dele.

Os outros dois entrevistados, em relação aos rótulos, pareceram se reconhecer dentro deles. Para o Carlos o relacionamento aberto é uma nomenclatura que define o vínculo atual dele e já para o Pedro “noivos” é o que melhor classificaria.

3.2.2 A existência (ou não) de regras e suas implicações.

Por outro lado, acerca das regras que envolvem os seus relacionamentos, Luiz respondeu que *“No começo tinha. No começo a gente pautava muitas regras. Aí depois de um tempo a gente simplesmente foi deixando um pouco de lado assim. Foi tornando uma coisa meio que insignificante. Eu falar assim ‘ah, hoje eu fiquei com fulano, a gente fez isso e aquilo’. Aí foi, falei tipo assim ‘tá, mas por que que eu tenho que compartilhar sempre assim, sabe?’ É um dever, é uma regra, sabe? Tipo, é uma experiência minha, eu tenho que chegar e contar sempre?! Às vezes eu percebi assim, que às vezes a pessoa estava, ele não estava querendo saber. Estava em outra também. Aí ficava assim ‘aham, beleza’ e eu tava assim ‘nossa, acho que eu não tenho que contar não é?’ Porque assim pra quê? Aí começou a passar o tempo aí eu falei ‘tá, eu não vou contar necessariamente na hora que eu fiquei, encontrei a pessoa, na hora que eu conheci que eu saí, mas depois, às vezes, eu conto’ e aí começou a passar o tempo... 1, 2, 3 anos. Aí tipo assim chegou o ponto que hoje em dia tipo assim eu falo pra ele, às vezes eu não falo também e tipo assim hoje não tem um problema. Antigamente tinha, né? A gente ficava bem inseguro com tudo, hoje em dia não. Tipo, as vezes eu fico, vai ficar com outra pessoa ou ele também e não necessariamente a gente tem que contar um para o outro e tudo mais”*. A fala de Luiz trás luz para o aspecto de que o começo do relacionamento dele com João era marcado por uma dinâmica de busca excessiva por controle; ao contarem todas as experiências, ou melhor, ao terem a regra que dizia que deveriam contar, era instaurado e repercutido noções como posse, perda da individualidade e fusão (Rossi, 2013). Aspectos esses vistos no amor romântico, como discutido anteriormente no capítulo 1. Assim, existia uma certa noção de proteção ao núcleo casal (Vasallo, 2018). Juan trás a busca pela quebra da fusão quando diz que *“[...] minha parte, enxerga que eu sou um sujeito, uma pessoa separada dele, sabe que posso viver as minhas coisas e que isso não vai ser um necessariamente, uma questão do nosso relacionamento, entende”*

Carlos, por sua vez, em relação às regras, diz que *“E aí quando a gente está sozinho, aí cada um é livre para fazer o que bem entender, né?! Que já não vai estar com o outro. Mas assim, quando a gente tá junto, acho que a nossa única regra é essa: é fazer as coisas junto”*. Já Pedro, sobre a mesma questão: *“Não existem regras, né?! Só que se te for caso ter um parceiro, o outro, a gente tem que ser consultado antes, né?! A gente tem que estar funcionar, os 2 juntos, né? Isso é uma regra”*. E aqui, nesses dois últimos, em alguma medida, o que opera são os privilégios do núcleo casal (Vasallo, 2018). Observando a escada hierárquica que Vasallo (2018) propõe, onde a entidade-casal está

no ponto máximo, aqui nessas passagens pode-se dizer que os direitos máximos são daquele parceiro afetivo-sexual específico, deste o direito de tempo até o direito de cerceamento do corpo do outro ao poder vetar possíveis envolvimento afetivo-sexuais.

3.2.4 Da questão de ser um casal

Em relação a se verem parte de um casal, as respostas também foram variadas. Carlos, por exemplo, disse que *“Sim, pra mim, a definição de casal veio muito como te falei, do afeto, né?! Então eu acho que o sentimento que eu tenho pelo meu namorado é um sentimento que eu não tenho por outra pessoa. Mesmo que aconteça a relação sexual ou sexo mesmo de todas as formas possíveis. Mas eu acho que o sentimento, afeto eu tenho por ele só. Então eu me considero um casal, por isso, porque eu acredito que o que pra mim a definição de casal de relacionamento tem que partir desse sentido, do sentimento do amor, da confiança”*. Pedro, por outro lado, respondeu que *“Sim. Tipo, eu gosto muito dele, né? A gente deu de primeiro a gente então teve química e desde então a gente sempre fica junto, faz rolê juntos. A gente gosta muito um do outro”*.

Nesses dois casos, existe uma relação direta entre estar dentro de um casal e a questão do envolvimento afetivo. Para Carlos, ele se sente um casal, pois existe um sentimento que é único e que ele nutriu pelo seu parceiro afetivo-sexual, assim o casal assume e imprime em si o aspecto da exclusividade afetiva. Com outros parceiros não é evocado o título de casal, pois o que opera ali não é significativo para que essa nomenclatura seja usada; e aqui cabe resgatar novamente Vasallo (2018) e o debate da exclusividade enquanto símbolo atribuidor de privilégios. Embora não exista a exclusividade sexual, a afetiva opera na mesma lógica organizando os afetos em graus de importância.

Contudo, temos as repostas de Juan e Luiz que trazem uma outra perspectiva sobre a questão. De acordo com Luiz, ele se enxerga parte de um casal *“Porque assim, eu acho que nessa questão de casal eu acho que eu e ele a gente tem uma troca muito boa, né?! A gente conversa muito sobre essas questões, né?! Porque tem várias questões envolvidas, então um relacionamento aberto não é só pegar outras pessoas, é bom, mas assim tem várias questões que envolvem também é principalmente a saúde. Então, acho assim, isso não tem essa troca, esse diálogo, é acaba que não sei, assim não acontece isso essa relação aberta, esse esse namoro, né?! Então assim é difícil sem diálogo, tem que ter diálogo, mas eu considero acho que pelo pelo tudo que a gente já viveu, tudo que*

a gente já teve junto, todas as neuras que a gente já teve, os probleminhas, né?! Estamos juntos até hoje, né?! Então eu vejo assim. Ai eu me considero parte desse casal pela história também que a gente tem, é de crescimento também é em relação as que essas questões não-monogâmicas também”. Para Luiz, ser parte de um casal veio enquanto recompensa pela história vivida com seu parceiro. Juan, por sua vez, respondeu que “De um casal? Complexo. Complexo, porque assim certa maneira, eu divido o meu cotidiano e essa minhas vivências nos últimos 7 anos com essa pessoa, né?! Acho que internamente a gente tenta trabalhar essa questão para—a gente não sentir chegar enquanto uma entidade casal de que a gente tem que concordar com todo, de que a gente tem que frequentar os mesmos lugares juntos. Mas socialmente, é muito difícil. Fazer com que as pessoas entendam isso. De que a gente é diferente. E às vezes, a gente está tão cansado que, sinceramente sabe, a gente nem nem faz tanto esforço para discordar. Nas pessoas que estão próximas, a gente com família e criar amizades, mas internamente eu entendo que nós somos pessoas diferentes, separadas. Mas a gente tem uma intimidade muito forte”. Juan trás novamente esse aspecto dicotômico entre o social e o individual.

3.2.5 A traição em experiências não-monogâmicas

Uma outra questão que foi levantada aos entrevistados diz respeito a possibilidade de existir traição dentro dos relacionamentos deles e o que ela seria, em caso afirmativo. Para Luiz, *“Traição, eu acho que tipo, se eu chegasse passar uma IST [infecção sexualmente transmissível] pro meu namorado poderia considerar, mas a gente já falou, esse é acho que foi a semana passada, inclusive sobre questões de traição, que tipo assim todo mundo trai em algum momento, né?! Se trai ou trai outras pessoas e aí ele”*. Essa resposta vai de encontro com o que Juan trouxe, *“Cara, eu acho que não. Eu ficaria muito chateado assim, em relação a essa questão de, por exemplo, sexo sem proteção.”*

Pedro, por outro lado, não exerga a possibilidade de traição: *“Não, não, não, não, não, porque não, porque não, porque é porque a gente ama um casamento aberto, né? Sempre que tem uma pessoa, né, dando em cima da gente a gente já fala um pro outro ‘tal pessoa deu em cima de mim’. Tipo da gente é um relacionamento muito aberto, né? A gente confia um no outro, a gente conta tudo, né?! Caso ele queira, né?! E eu queira ficar uma pessoa poderia falar, falar abertamente com ele”*. Já aqui o que opera é a narrada confiança mútua entre os dois. Carlos, por sua vez, diz que *“Não enxergo como traição. Nós, nesse sentido é assim, né? Tem que é, é que nem eu falo pra ele também.*

Tem pessoas que a gente não gosta, né? Então é a gente falar 'não vai ficar com eles'. Então, sim, eu acho que não seria uma traição, mas a gente também conversa sobre pessoas que a gente não gostaria de que o outro se relacionasse, né? Então, ah, eu não gosto daquela pessoa ou aquela pessoa me fez mal em algum momento, né?! Que a gente se querendo ou não se sente um pouco inseguro. Mas eu não consideraria assim, tipo, se ele chegasse, me falasse, eu não consideraria uma traição''.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe de tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire, 1989.

Início as considerações finais desta monografia dizendo que durante a execução dessa pesquisa houve inúmeras mudanças; embora o tema tenha se mantido o mesmo, o foco e os métodos foram se adaptando a medida do tempo. Grande parte do que apresentei aqui foi fruto de um Iniciação Científica feita em 2020. Se fosse para iniciar a mesma pesquisa hoje eu a faria com inúmeras diferenças; mas eu faria essas diferenças hoje justamente por ter passado pelos erros.

De modo geral, essa produção é um início de elaboração do tema. Após ir para campo notei questões que eu poderia ter melhorado como a forma de captar entrevistados ou a maneira de elaborar o questionário. Por um momento me esqueci de um dos princípios básicos de Freire: adaptar minha linguagem. Montei perguntas cheias de categorias que por vezes os entrevistados nem entendiam. Outra questão em torno disso foi a dificuldade em chegar aos casais. Antes de ir para campo achei que seria mais fácil, contudo, percebi que poderia ter planejado melhor a parte de captação.

Por outro lado, ao retornar e ver essa monografia, percebo o quanto evolui dentro da minha formação enquanto pesquisador. Delimitar tema, colher dados, fazer análises é algo que se aprende também na prática.

E assim, por fim, chego em algumas considerações me valendo das perguntas norteadoras. Em primeiro lugar, em relação à questão da monogamia ser ou não relacionada com quantidade acredito que ela não se configura a partir do número de parceiros. De certo ficou evidente minhas fortes influências de Vasallo (2018) e, assim como a autora, entendo que monogamia se traduza enquanto uma forma de organização relacional que tem como cerne a hierarquização. Deste modo, independe a quantidade de parceiros, não é isso que fará com que se configure monogamia ou não – principalmente partindo do pressuposto que a traição é regra.

Em segundo lugar, em relação à questão de se a dinâmica dos relacionamentos abertos de homens aquileanos se distânciam de uma dinâmica monogâmica clássica, com os casos apresentados, creio que depende. Das respostas que obtive, muitas ainda tinham bem resguardadas em si a lógica do pensamento monogâmico (Vasallo, 2018), embora se colocassem, em discurso, dentro de um relacionamento não-monogâmico. A proteção ao núcleo casal, o amor romântico e a ideia de fusão se fazem presentes em alguns casos além do mais importante: a hierarquização de relações. As falas de Carlos e Pedro ainda me parecem, em alguns momentos, resgatar noções monogâmicas sobre as relações. Juan

e Luiz, por outro lado, apresentam perspectivas que levantam o debate sobre a própria escada hierárquica; muito embora eles assumam que no início dos seus respectivos relacionamentos não era desse jeito.

Sendo assim, de conclusões fechadas não tenho nenhuma. O que tenho são impressões que podem ser usadas como ponto de partida para a discussão. Nunca o fim.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Maira. ÁVILA, Maria. FALQUET, Jules. FERREIRA, Verônica. *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo, 2014.

AZEVEDO, J. *Metodologias qualitativas: análise do discurso*. 1998. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000188756

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de. *A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual*. História (São Paulo) [online]. 2019, v. 38 [Acessado 2 Setembro 2021] , e2019053. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019053>

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

bell hooks. *Tudo sobre o amor: Novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.

BIROLI, F. *Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista*. Revista de Sociologia e Política, v. 21, p. 127–142, 1 dez. 2013.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais*. Em Tese, v. 2, n. 1, 2005. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>

CAETANO, A. *Para uma análise sociológica da reflexividade individual*. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 66, p. 157–174, 1 maio 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/pdf/523>

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. DE O. L.; GONÇALVES, C. A. *Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais*. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 5, n. 1, 2003.

CIDADE VERDE. *Infidelidade entre casais já atinge 70% dos brasileiros*. 2015. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/186545/infidelidade-entre-casais-ja-atinge-70-dos-brasileiros>

CIPRIANO, C. *Confluentes*. 1ª ed. Caligari, 2022.

CODATO, A. *O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação*. Política & Sociedade, v. 15, n. 32, p. 311, 1 jul. 2016. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p311>

COELHO Maria Claudia; DURÃO, Susana; VIANNA, Adriana. *Antropologia com emoção (entrevista com Catherine Lutz)*. Mana [Rio de Janeiro] v. 18 n. 1, p. 213-224, abr. 2012.

CHAUMIER, Serge. *La déliaison amoureuse*. Paris: Armand Colin, 1999.

CRP SC. Fala Psi - *Descolonização do pensamento na Psicologia*. Youtube, 31/10/2017. Disponível em: (2337) Fala Psi - Descolonização do pensamento na Psicologia - YouTube

- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Editora VOZES, 2011.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Minas Gerais. Editorial Presenças, 2001.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro. Editora Vitória Limitada, 1960.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GENI NÚÑEZ (@genipapos) • Instagram photos and videos. Disponível em: <https://instagram.com/genipapos?igshid=NTc4MTIwNjQ2YQ>
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo. Editora UNESP, 1992.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. RJ: Ed. UFRJ, 1995.
- GLEEDEN. *8 em cada 10 brasileiros já traíram em relacionamentos, aponta pesquisa*. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/amor-e-sexo/traicao-brasil-oito-em-cada-10/amp/>
- GONÇALVES, Í. *Teoria e Cultura: Matemática dos afetos, dissensos e sentidos sociais acerca das noções de “monogamia” e “não-monogamia”*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/download/34430/24551>
- ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011
- MARX, Karl. *A questão judaica*. Trad. de Silvio Donizete Chagas. 5ª.ed., São Paulo: Centauro, 2005.
- MARX, K. Prefácio. In: MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- KOTTAK, Phillip; MURRAY, William B.; AL, E. *Antropología cultural*. México, D. F.: Mcgraw Hill, Interamericana, 2011.
- KOTTAK, Conrad Philip. *Espejo para la humanidad: introducción a la antropología cultural*. Editora Mc Graw Hill, 2005.
- KOURY, Mauro. *Pela consolidação da sociologia e da antropologia das emoções no Brasil*. Brasília: Sociedade e Estado, 29 (3): 841-866, 2014.
- LA CASA DE PAPEL. Direção: Álex Pina. Produção: Cristina López Ferraz. Roteiro: Álex Pina. Espanha: Netflix, 2017. Disponível em: <https://www.netflix.com/browse>

LACAN, Jacques. *O Seminário – Livro 8*. Disponível em: <https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Jacques-Lacan-O-seminario-Livro-8-A-transferencia.pdf>

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro. Sindicato Nacional dos Editores de livros, 2011.

LHOMOND, Brigitte. Moodle USP: e-Disciplinas. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario critico do feminismo%202009.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario%20critico%20do%20feminismo%202009.pdf)

LINDNER, Evelin Gerda. “*O que são emoções?*”. [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 36, pp. 822-845, Dezembro de 2013. ISSN 1676-8965. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/LindnerArt.pdf>

LINS, Regina. *O livro do amor: da pré-história à renascença*. Rio de Janeiro. Editora Best Seller Ltda, 2012.

LINS, Regina. *O livro do amor: do Iluminismo à atualidade*. Rio de Janeiro. Editora Best Seller Ltda, 2013.

LUTZ, C. *Antropologia com emoção*. Mana, v. 18, n. 1, p. 213–224, abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000100008> Acesso em 18 ago. 2023

MENEZES, M. C. de. (2007). *O Mito do Amor Romântico*. Revista Fragmentos de Cultura. Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, 17(3), 559–572. <https://doi.org/10.18224/frag.v17i3.344>

MERCIER, Paul. *História da antropologia*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva; MARCOS, Cristina Moreira. *Breve percurso histórico acerca da transexualidade*. Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593-609, ago. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000200013&lng=pt&nrm=iso>

NÚNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. RJ: Zahar. 2019.

NÚÑEZ, G. et al. *TEORIA E CULTURA Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanía narrativa indígena*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/download/34439/24552>

OSEMAN, A. *Heartstopper: volume 1*. New York, Ny: Graphix, Na Imprint Of Scholastic, 2019.

PAULO, S. *Contribuição a crítica da economia política*. 2ª edição. Editora Expressão Popular. [s.l.: s.n.]. Disponível em:

https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/contribuicao_a_critica_da_economia_politica.pdf

PEREZ, Tatiana Spalding e PALMA, Yáskara Arrial. *Amar amores: poliamor na contemporaneidade*. Psicologia & Sociedade [online]. 2018, v. 30, e165759. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165759>

PILÃO, A. C. **Ativismos não-monogâmicos no Brasil contemporâneo: a controvérsia poliamor ± relações livres**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 38, 2022.

Poliamor: desvio liberal ou resistência à família burguesa? Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/13/poliamor-desvio-liberal-ou-resistencia-a-familia-burguesa>

PLATÃO. *O banquete*. Lisboa: Tinta Da China, 2019.

ROSSI, Túlio Cunha. *Projetando a subjetividade: a construção social do amor a partir do cinema*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi: 10.11606/T.8.2013.tde-26062013-093448

SOARES, R. A. R., & Weiss, R. A. (2021). *A educação como socialização em Émile Durkheim*. Revista Espaço Pedagógico, 28(1), 13 – 33. Disponível em <https://doi.org/10.5335/rep.v28i1.11520>

TEBEXRENI, M. *Afetos políticos: um estudo sobre o debate político da não-monogamia no Brasil*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

VASALLO, B. *Pensamineto monogámo, terror poliamoso*. Madrid: La Oveja Roja,

VEENA DAS. *Life and words : violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University Of California Press, 2007.

WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

ANEXO 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o graduando Marcelo Sousa Alves, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, que pode ser contatado pelo e-mail marcsa@outlook.com.br e pelo telefone (34) 9 9881-8538. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas, visando, por parte do referido aluno a realização de um trabalho de conclusão de curso. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Uberlândia, _____ de _____ de 2023

ANEXO 2. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

PARTE 1 - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

PERFIL DO ENTREVISTADO

I

Data: _____/_____/_____

Idade: _____

Identidade de gênero: _____

Identidade sexual: _____

Estado civil: _____

Raça: _____

II

Você trabalha? () SIM () NÃO

Se sim, qual sua profissão? _____

Qual sua renda? _____

Qual o seu nível de escolaridade? _____

Em que bairro mora? Com quem? _____

Possui religião? () SIM () NÃO

Se sim, qual? _____

ANEXO 3. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

PARTE 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Abaixo se encontram as perguntas feitas aos entrevistados.

- 3.2.5.1 Você se considera uma pessoa monogâmica ou não-monogâmica? A depender da resposta: o que é monogamia para você? O que é não-monogamia?
- 3.2.5.2 Atualmente está se relacionando com alguém de forma afetivo-sexual? Como você rotula esse vínculo?
 - 3.2.5.3 Gostaria que me contasse um pouco da história desse relacionamento.
 - 3.2.5.4 Você se considera parte de um casal? Se sim, por quê?
- 3.2.5.5 Existem regras no seu relacionamento? Caso sim, quais são? Em que momento você e seu namorado decidiram sobre elas? Como foi esse processo?
 - 3.2.5.6 Quais os bônus que sente em vivenciar o relacionamento dessa forma? E os ônus?
- 3.2.5.7 Você já esteve em relacionamentos em que existia a premissa da fidelidade? Como foi?
- 3.2.5.8 Sobre as outras pessoas - que não sejam o seu namorado - com quem também mantém relações sexuais: como se dá essas dinâmicas? Poderia me contar um pouco?
- 3.2.5.9 Mesmo sendo um relacionamento aberto, você entende que existe possibilidade a traição? Se sim, o que ela seria? E por quê?
- 3.2.5.10 Você alguma vez já sentiu julgamento vindo de pessoas quando comenta sobre a dinâmica do seu relacionamento? Se sim, como lida com isso? Caso queira me narrar alguma vez que algo assim aconteceu, fique à vontade.
- 3.2.5.11 Por fim, existe algo que não perguntei que gostaria de me dizer ou algo que gostaria de frisar?